Cia. Itaú de Capitalização

CNPJ nº 23.025.711/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) relativos ao período de janeiro a dezembro de 2016, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Ambiente Econômico

No cenário doméstico, o Produto Interno Bruto (PIB) contraiu novamente no período de janeiro a setembro de 2016, apresentando redução de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desemprego passou de 9,0% em novembro de 2015 para 11,9% em novembro de 2016. O déficit primário acumulado no ano alcançou 1,3% do PIB em novembro de 2016, frente a um déficit de 0,6% do PIB no mesmo período de 2015. O déficit em conta corrente, por sua vez, segue diminuindo em função da contração da atividade. O déficit nas contas externas caiu de 3,3% do PIB em 2015 para 1,1% do PIB em novembro de 2016. A inflação em 2015 foi de 10,7% e reduziu-se para 6,3% em 2016. O BACEN reduziu os juros para 13,0% em janeiro de 2017. O dólar terminou o ano de 2016 em R$ 3,25, abaixo dos R$ 3,96 registrados em dezembro de 2015. O país apresenta reservas internacionais da ordem de US$ 370 bilhões.

2. Mercado Brasileiro

2.1 Mercado de Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização)

No período de janeiro a novembro de 2016, o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou crescimento de 8,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R$ 207,6 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação), destacando-se o segmento de previdência.

No acumulado de janeiro a novembro de 2016, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB* foi de 4,0%, aumento de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em novembro de 2016, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização ultrapassou R$ 766,2 bilhões, apresentando aumento de 19,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

(*) O percentual de participação no PIB, para cada um dos mercados supervisionados, é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o PIB do País.

2.2 Mercado de Capitalização

No período de janeiro a novembro de 2016, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou redução de 2,4% em relação ao mesmo período de 2015. As provisões técnicas de capitalização atingiram R$ 29,5 bilhões, queda de 4,9% em relação a 30 de novembro de 2015.

3. Desempenho

3.1 Resultados

Variações apresentadas do acumulado de janeiro a dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015:

• O **lucro líquido** alcançou R$ 408,8 milhões, com aumento de 2,1%, influenciado pelo aumento da arrecadação com títulos de capitalização e pela redução das despesas administrativas.

• As **receitas brutas com títulos de capitalização** atingiram R$ 2,9 bilhões, com crescimento de 5,6%, em função de maiores receitas com títulos de capitalização de pagamento mensal.

3.2 Patrimonial

Saldos em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015:

• O total de **ativos** atingiu R$ 5,0 bilhões, aumento de 1,1%.

• O **patrimônio líquido** totalizou R$ 1,1 bilhão, recuo de 3,5%.

• As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R$ 3,2 bilhões, acréscimo de 3,2%.

4. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente. Ao adquiri-lo, o cliente concorre a sorteios periódicos durante a vigência do título e, ao final, resgata o valor acrescido da TR (Taxa Referencial).

O negócio de capitalização atende um grande público, e encerrou o ano de 2016 com 13,4 milhões de títulos vigentes. No período de janeiro a dezembro de 2016, distribuímos o montante de R$ 58,3 milhões em prêmios para 2.361 clientes sorteados.

As vendas de capitalização nos canais *bankfone, bankline/internet*, caixa eletrônico e terminal de caixa representaram 77,3% das vendas totais a correntistas em 2016, apresentando crescimento de 7,9 p.p. em relação a 2015.

Em 2016, conquistamos pelo segundo ano consecutivo o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente na categoria "Seguros, Previdência e Capitalização".

5. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

6. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos e capital é considerado pelo Itaú Unibanco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas. O gerenciamento de riscos no Itaú Unibanco é o processo em que:

• São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações do Itaú Unibanco;

• São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias do Itaú Unibanco;

• A carteira do Itaú Unibanco é administrada vis-à-vis às melhores relações risco-retorno. Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco.

Cultura de Riscos - Iniciada em 2009, deriva da cultura corporativa do banco, formada por princípios e valores. Desde 2013 temos realizado amplas discussões internas sobre a gestão de riscos e estabelecemos quatro pilares para nossa atuação:

• Tomamos riscos conscientemente;

• Discutimos nossos riscos;

• Agimos sobre nossos riscos;

• Somos todos gestores de riscos.

Dessa forma, trabalhamos para a construção de uma nova mentalidade na qual entendemos que: os riscos são inerentes ao nosso negócio; debatemos de forma aberta e construtiva os nossos riscos; a gestão de riscos é uma questão de atitude; e assumimos responsabilidade individual e coletiva pelos nossos riscos.

Risco Operacional e Controles Internos - A gestão integrada de risco operacional, controles internos e compliance segue política interna aprovada pelo Conselho de Administração e está estruturada em 3 linhas de defesa:

• 1ª linha: representada pelas áreas de negócios e de controle de riscos, tendo como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os eventos de risco operacional, assim como manter um efetivo ambiente de controles (incluindo o cumprimento de normas internas e externas).

• 2ª linha: representada pela área de controles internos/validação independente, tendo como reponsabilidades, entre outras, divulgar e garantir a aplicação das decisões, políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional, assim como validar, de forma independente, políticas e processos.

• 3ª linha: representada pela área de Auditoria Interna, tendo como responsabilidades, entre outras, verificar de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos.

Seguindo as melhores práticas do acordo de Basileia, realizamos validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada pela Diretoria Executiva de Controles Internos e Compliance (DECIC) que, por ser apartada das áreas de negócio e controle de risco, garante a independência das avaliações.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		**4.082.796**	**4.026.063**
DISPONÍVEL - Caixa e Bancos	**2.5a**	**15.033**	**5.286**
APLICAÇÕES	**2.5b e 3**	**4.064.182**	**4.019.408**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		**1**	–.–
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**3.547**	**1.340**
Títulos e Créditos a Receber		471	473
Créditos Tributários e Previdenciários	2.5e, 7bI e 7c	3.076	867
DESPESAS ANTECIPADAS		**33**	**29**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**883.708**	**887.236**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**39.253**	**39.663**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**39.253**	**39.663**
Créditos Tributários e Previdenciários	2.5e, 7bI e 7c	15.000	16.962
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	24.231	22.661
Outros Créditos Operacionais		22	40
INVESTIMENTOS - Imóveis Destinados à Renda	**2.5c**	**29.924**	**31.099**
INTANGÍVEL - Outros Intangíveis	**2.5d**	**814.531**	**816.474**
TOTAL DO ATIVO		**4.966.504**	**4.913.299**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		**3.457.807**	**3.367.428**
CONTAS A PAGAR		**273.657**	**283.171**
Obrigações a Pagar	8b	13.623	61.286
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		552	440
Impostos e Contribuições	2.5e	259.482	221.445
PROVISÕES TÉCNICAS - Capitalização	**2.5f e 4b**	**3.184.150**	**3.084.257**
Provisões para Resgates		3.143.330	3.035.953
Provisões para Sorteios		24.842	29.843
Provisão Administrativa		15.718	17.612
Provisão para Complementação de Sorteios		–.–	569
Provisão para Distribuição de Bônus		260	280
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**381.416**	**378.183**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**381.416**	**378.183**
CONTAS A PAGAR - Tributos Diferidos	**2.5e e 7bII**	**332.976**	**331.959**
OUTROS DÉBITOS - Provisões Judiciais	**5**	**48.440**	**46.224**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8**	**1.127.281**	**1.167.688**
Capital Social		494.298	361.498
Reservas de Capital		7.606	7.606
Reservas de Reavaliação		3.085	2.952
Reservas de Lucros		622.292	795.632
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.966.504**	**4.913.299**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em Milhares de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	NOTAS	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		**649.427**	**644.298**
Arrecadação com Títulos de Capitalização		2.915.833	2.761.245
Variação da Provisão para Resgate		(2.266.406)	(2.116.947)
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS		**2.463**	**(2.657)**
Resultado com Outras Provisões Técnicas		2.463	(2.657)
RESULTADO COM SORTEIO		**(45.697)**	**(61.381)**
CUSTO DE AQUISIÇÃO		**(13.151)**	**(19.140)**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		**55.482**	**61.048**
Outras Receitas Operacionais	6a	57.404	63.486
Outras Despesas Operacionais		(1.922)	(2.438)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		**(261.366)**	**(298.795)**
Pessoal Próprio		(323)	(36)
Serviços de Terceiros		(1.429)	(3.695)
Localização e Funcionamento		(7.944)	(7.937)
Publicidade e Propaganda		(515)	(535)
Publicações		(81)	(78)
Donativos e Contribuições		(10.047)	(12.203)
Despesas Administrativas Diversas		(241.027)	(274.311)
DESPESAS COM TRIBUTOS	**2.5e e 7all**	**(37.081)**	**(35.873)**
RESULTADO FINANCEIRO	**6b**	**338.276**	**340.285**
Receitas Financeiras		545.902	551.648
Despesas Financeiras		(207.626)	(211.363)
RESULTADO PATRIMONIAL		**16.127**	**12.143**
Receitas com Imóveis de Renda		19.486	18.377
Despesas com Imóveis Destinados à Renda ou Venda		(1.416)	(1.279)
Despesas com Outros Investimentos		(1.943)	(4.955)
RESULTADO OPERACIONAL		**704.480**	**639.928**
GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		**743**	**545**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**705.223**	**640.473**
Imposto de Renda	2.5e e 7al	(161.015)	(142.606)
Contribuição Social	2.5e e 7al	(135.426)	(97.650)
LUCRO LÍQUIDO		**408.782**	**400.217**
QUANTIDADE DE AÇÕES	**8a**	**670.963**	**670.963**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	**2.5h**	**609,25**	**596,49**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em Milhares de Reais)*

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
LUCRO LÍQUIDO	**408.782**	**400.217**
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	–.–	**4**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**408.782**	**400.221**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 8) *(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 01/01/2015	**677.429**	**7.606**	**2.800**	**163.168**	**570.668**	**(4)**	–.–	**1.421.667**
AGE de 31/08/2015 - Portaria SUSEP nº 1.261 de 13/10/2015	(339.000)	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(339.000)
Capitalização por Reservas	23.069	–.–	–.–	–.–	(23.069)	–.–	–.–	–.–
Realização de Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	152	–.–	–.–	–.–	(261)	(109)
Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	4	–.–	4
Dividendos Extraordinários	–.–	–.–	–.–	–.–	(96.576)	–.–	–.–	(96.576)
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	400.217	400.217
Destinações								
Reservas	–.–	–.–	–.–	–.–	181.441	–.–	(181.441)	–.–
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(45.800)	(45.800)
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(172.715)	(172.715)
SALDOS EM 31/12/2015	**361.498**	**7.606**	**2.952**	**163.168**	**632.464**	–.–	–.–	**1.167.688**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	**(315.931)**	–.–	**152**	–.–	**61.796**	**4**	–.–	**(253.979)**
SALDOS EM 01/01/2016	**361.498**	**7.606**	**2.952**	**140.099**	**655.533**	–.–	–.–	**1.167.688**
Capitalização por Reservas	132.800	–.–	–.–	–.–	(132.800)	–.–	–.–	–.–
Realização de Reserva de Reavaliação	–.–	–.–	133	–.–	–.–	–.–	(241)	(108)
Dividendos Extraordinários	–.–	–.–	–.–	–.–	(174.112)	–.–	–.–	(174.112)
Lucro Líquido	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	408.782	408.782
Destinações	–.–	–.–	–.–		–.–	–.–	–.–	–.–
Reservas	–.–	–.–	–.–	20.439	113.133	–.–	(133.572)	–.–
Juros sobre o Capital Próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(41.402)	(41.402)
Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	–.–	(233.567)	(233.567)
SALDOS EM 30/12/2016	**494.298**	**7.606**	**3.085**	**160.538**	**461.754**	–.–	–.–	**1.127.281**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	**132.800**	–.–	**133**	**20.439**	**(193.779)**	–.–	–.–	**(40.407)**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/02/2017 09:19:12.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 25432858] - www.imprensaoficial.com.br

Cia. Itaú de Capitalização

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em Milhares de Reais)*

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**412.627**	**403.660**
Lucro Líquido	408.782	400.217
Ajustes para:	3.845	3.443
Depreciações e Amortizações	3.118	6.151
Tributos Diferidos	835	(2.603)
Outros	(108)	(105)
VARIAÇÃO NAS CONTAS PATRIMONIAIS	**342.838**	**761.492**
Ativos Financeiros	(44.774)	455.346
Créditos Tributários e Previdenciários	(65)	–.–
Despesas Antecipadas	(4)	33
Outros Ativos	20	9.141
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.570)	6.449
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(8.652)	11.961
Impostos e Contribuições	295.856	243.145
Provisões Técnicas - Capitalização	99.893	34.206
Provisões Judiciais	2.134	1.211
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	**755.465**	**1.165.152**
Dividendos Recebidos	–.–	17
Impostos Sobre o Lucro Pagos	(250.837)	(222.897)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**504.628**	**942.272**
Aquisição de Intangível	–.–	(4.279)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	–.–	**(4.279)**
Redução de capital	–.–	(339.000)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(494.881)	(598.660)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(494.881)**	**(937.660)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Notas 2.5a)	**9.747**	**333**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	5.286	4.953
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	15.033	5.286

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E 2015 *(Em Milhares de Reais)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, operando com planos de pagamento único e mensal, conforme definido na legislação vigente. Está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º Andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP.

Os principais acionistas da CIACAP são: Itaú Unibanco S.A. com participação de 47,50% e Itauseg Saúde S.A., com participação de 52,50%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2017.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas são aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

2.2. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

• Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) - Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operação Descontinuada, CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 33 - Benefícios aos Empregados e CPC 21 - Demonstração Intermediária. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para estas demonstrações financeiras.

• Alteração do CPC 04 - Ativo Intangível e CPC 27 - Ativo Imobilizado - A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para estas demonstrações financeiras.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

• Alteração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, a moeda funcional de apresentação destas Demonstrações Financeiras.

2.4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Conforme explicação na nota 2.5e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a CIACAP irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da CIACAP é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

b) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

A CIACAP classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Os níveis referentes à hierarquia de valor justo e as metodologias usadas para avaliar determinados Instrumentos Financeiros, estão detalhados na nota 2.5b - Valor Justo.

A CIACAP acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

c) Passivos Contingentes

A CIACAP revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial, na rubrica - "Outros Débitos - Provisões Judiciais". Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 5.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A CIACAP avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados.

Perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Nos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

e) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da CIACAP, *benchmarks* de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo exercício.

2.5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

A CIACAP define como Caixa e Equivalentes de Caixa as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial, na rubrica Disponível).

b) Aplicações, ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A CIACAP classifica seus Ativos e Passivos Financeiros nas seguintes categorias:

I. Ativos Mantidos para Negociação;
II. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado; e
III. Empréstimos e Recebíveis

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I. Ativos Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro, bem como as receitas e despesas de juros e rendimentos.

II. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado em Resultado Financeiro.

III. Empréstimos e Recebíveis

A CIACAP classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa), Créditos das Operações com Seguros e Resseguros, Créditos das Operações com Previdência Complementar e Títulos e Créditos a Receber. As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

Valor Justo

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos;

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc; e

Nível 3: Utiliza-se *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da entidade.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

c) Investimentos

As propriedades para investimento estão contabilizadas pelo valor de custo, deduzidas da depreciação acumulada, no montante líquido de R$ 29.924 (R$ 31.099 em 31/12/2015) e estão registrados na rubrica Imóveis Destinados à Renda. O valor de mercado destas propriedades na última avaliação, em 07 de maio de 2016, é de aproximadamente R$ 223.744.

d) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e estão representados por ágio, que representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Estão classificados em ativos de vida útil indefinida e foram avaliados para a data base 31/12/2016, sem indício de *Impairment*, considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados quando da sua aquisição.

O ativo intangível líquido está representado basicamente por ágios na incorporação da Unibanco Capitalização, no montante de R$ 814.531 (R$ 816.474 em 31/12/2015).

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Contribuições e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber - Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar - Tributos Diferidos, respectivamente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases e a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda 15,00%	Adicional de Imposto de Renda 10,00%
Contribuição Social (*) 20,00%	

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

f) Capitalização

O título de capitalização tem por finalidade a acumulação de recursos, com um incentivo de ter a possibilidade do recebimento de uma premiação via sorteios periódicos durante um período estabelecido como vigência, de acordo com as especificações tratadas nas condições gerais do plano de capitalização.

A nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como capitalização.

g) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da CIACAP entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

• **Prováveis**: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais;

• **Possíveis**: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e

• **Remotas**: as quais não requerem provisão e divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

h) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da CIACAP pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro líquido é o mesmo.

i) Receitas

As receitas de capitalização são compostas, basicamente, por arrecadação com vendas de títulos, prescrição e penalidades sobre resgates antecipados. Para Produto de Pagamento Único (PU) são reconhecidas a partir da data de emissão e para Produto de Pagamento Mensal (PM) a emissão do título para a 1ª parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor para as demais parcelas.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

As aplicações são compostas por:

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Cotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	**4.036.748**	**3.946.480**
Letras Financeiras	1.189.549	1.470.639
Letras do Tesouro Nacional	724.540	1.338.996
Letras Financeiras do Tesouro	439.629	462.873
Notas do Tesouro Nacional	1.145.617	288.722
Debêntures	284.924	362.932
Certificados de Depósito Bancário	151.466	9.531
Derivativos	84.643	3.118
Fundos de Investimentos	2.387	9.726
Notas de Crédito	13.728	–.–
Contas a Receber/(Pagar)	265	(57)
Títulos de Dívida de Empresas	**27.434**	**72.928**
Debêntures	27.434	–.–
Letras Financeiras	–.–	72.928
TOTAL	**4.064.182**	**4.019.408**

O Valor Justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Sem vencimento	16.441	9.669
Até um ano	542.313	1.037.154
De um a cinco anos	2.734.050	2.696.909
De seis a dez anos	460.954	275.676
Após dez anos	310.424	–.–
TOTAL	**4.064.182**	**4.019.408**

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/02/2017 09:19:22.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 25432861] - www.imprensaoficial.com.br

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E 2015 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

b) Movimentação das aplicações

	31/12/2016		31/12/2015
	Mantido para Negociação	Total	Total
	4.019.408	4.019.408	4.474.754
Aplicações	3.074.583	3.074.583	2.068.941
Principal resgate	(3.570.314)	(3.570.314)	(3.069.867)
Resultado financeiro	542.528	542.528	545.580
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(2.023)	(2.023)	–.–
Saldo em 31/12/2016	**4.064.182**	**4.064.182**	**4.019.408**

c) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de hierarquia do Valor Justo para nossos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação:

	31/12/2016	31/12/2015
	Nível 2	Nível 2
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**4.064.182**	**4.019.408**
Fundos de Investimento	4.036.748	3.946.480
Debêntures	27.434	–.–
Letras Financeiras	–.–	72.928

d) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Setor Público	2.537.487	62,4%	2.296.884	57,2%
Serviços	1.455.733	35,9%	1.652.740	41,1%
Indústria e Comércio	70.962	1,7%	69.784	1,7%
TOTAL	**4.064.182**	**100,0%**	**4.019.408**	**100,0%**

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	
Classificação Interna	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Baixo	3.819.877	3.804.717
Médio	244.305	214.691
TOTAL	**4.064.182**	**4.019.408**

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

e) Instrumentos Financeiros Derivativos - Em 31/12/2016 e 31/12/2015 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO

Os produtos comercializados pela CIACAP, atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensais, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, ou a data de aquisição, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização que preveem sorteios estão estruturados em séries e numerados sequencialmente. A cada título são atribuídas aleatoriamente, combinações distintas entre si e das demais, numeradas sequencialmente.

a) Provisões Técnicas de Capitalização

• Provisão Matemática para Capitalização (PMC) - Constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização. Considera atualização monetária e juros, a partir da data de início de vigência.

• Provisão para Resgate (PR) - Constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

• Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) - Abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e é constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

• Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) - Constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• Provisão Complementar de Sorteios (PCS) - Constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.

• Provisão para Despesas Administrativas (PDA) - Constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

• A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) - constituída enquanto não ocorrer o evento gerador de distribuição de bônus.

b) Provisões Técnicas - Movimentação

	Provisões para Resgates	Provisões para Sorteios	Outras Provisões Técnicas	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Saldo Inicial	**3.035.953**	**29.843**	**18.461**	**3.084.257**	**3.050.051**
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos	3.118.705	76.844	5.978	3.201.527	2.273.683
(+) Atualização financeira das provisões	197.975	7.935	–.–	205.910	204.397
(-) Resgates	(3.209.303)	(89.780)	(8.461)	(3.307.544)	(2.443.874)
SALDO FINAL	**3.143.330**	**24.842**	**15.978**	**3.184.150**	**3.084.257**

c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões Técnicas	**3.184.150**	**3.084.257**
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa	3.241.880	3.096.666
Cotas de Fundos de Investimentos - Multi-Mercado	89.628	50.171
Letras Financeiras	–.–	72.928
Garantias das Provisões Técnicas	**3.331.508**	**3.219.765**
Cobertura Excedente	**147.358**	**135.508**

d) Capital para a Atividade de Capitalização

O CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados alterou em 15 de julho de 2015 os requisitos de cálculo de capital regulatório de seguros com a divulgação da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores. O normativo dispõe sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de cálculo de capital provenientes dos riscos de crédito, subscrição, operacional e mercado.

Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Líquidez

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido	1.127.281	1.167.688
Despesas Antecipadas	(33)	(29)
Ativos Intangíveis	(814.531)	(816.474)
Tributo Diferido sobre Ágio Derivado da Expectativa de Rentabilidade Futura	325.813	–.–
Valor da PDA Constituída	1.147	–.–
Valor da PMC Constituída	2.795	–.–
Patrimônio Líquido Ajustado	**642.472**	**351.185**
Capital Base	**10.800**	**10.800**
Capital Adicional de Risco de Subscrição	24.211	48.333
Capital Adicional de Risco de Crédito	114.744	125.565
Capital Adicional de Risco Operacional	7.772	7.728
Capital Adicional de Risco de Mercado	12.708	–.–
Benefício da Correlação entre Risco	(19.093)	(18.426)
Capital de Risco	**140.342**	**163.200**
Capital Mínimo Requerido (1)	**140.342**	**163.200**
Suficiência de Capital (2)	**502.130**	**187.985**

(1) O Capital Mínimo Requerido passou a ser o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores.

(2) A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido.

O índice de líquidez em 31/12/2016 é de R$ 28.068 (R$ 32.640 em 31/12/2015), correspondente a 20% do Capital de Risco conforme requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores. A nota 4c de cobertura de provisões técnicas apresenta R$ 147.358 (R$ 135.508 em 31/12/2015) de cobertura excedente.

e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

			COTA DE CARREGAMENTO	
PRODUTO	**SUSEP**	**TIPO**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
PIC	15414.005217/2012-63	PM	de 3,49% a 88,26%	de 3,49% a 88,26%
PIC Itaú Uniclass	15414.003984/2009-32	PM	de 0,84% a 88,82%	de 0,84% a 88,82%
Super PIC Itaú Uniclass	15414.003983/2009-98	PU	16,32%	16,32%

NOTA 5 - PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Os Depósitos Judiciais e Fiscais e as Provisões Judiciais estão compostas por:

Depositos Judiciais e Fiscais	31/12/2016	31/12/2015
Garantia de Processamentos de Passivos	14.550	13.436
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	8.791	8.445
Depósitos Judiciais e Fiscais - Trabalhista	890	775
Outros	–.–	5
TOTAL	**24.231**	**22.661**

Provisões Judiciais	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações Fiscais	47.837	45.561
Provisões Cíveis	398	473
Provisões Trabalhistas	205	190
TOTAL	**48.440**	**46.224**

Ações Fiscais e Previdenciárias

A CIA. ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e ou inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015
Obrigações Fiscais	**Obrigação Legal**	**Contingência**	**Total**	**Total**
Saldo Inicial	**37.559**	**8.002**	**45.561**	**44.433**
Atualização/Encargos	1.612	1.404	3.016	2.164
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(859)	119	(740)	(1.036)
Constituição	–.–	192	192	415
Reversão	(859)	(73)	(932)	(1.451)
Saldo Final	**38.312**	**9.525**	**47.837**	**45.561**

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	**Obrigação Legal**	**Contingência**	**Total**	**Total**
Saldo Inicial	**7.212**	**1.233**	**8.445**	**15.725**
Apropriação de Rendas	730	66	796	677
Movimentação do Período	(450)	–.–	(450)	(7.957)
Novos Depósitos	329	–.–	329	–.–
Levantamentos Efetuados	(779)	–.–	(779)	(6.541)
Conversão em Renda	–.–	–.–	–.–	(1.416)
Saldo Final	**7.492**	**1.299**	**8.791**	**8.445**

As principais naturezas das obrigações legais são descritas a seguir:

• PIS - R$ 31.191 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleitea-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70.

• CSLL - Isonomia - R$ 6.815: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R$ 6.256.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 84.361 (R$ 80.763 em 31/12/2015), sendo as principais naturezas descritas a seguir:

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R$ 45.932: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação;

• IRPJ, CSLL - Juros sobre o Capital Próprio - R$ 29.005: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados, no montante de R$ 14.550 (R$ 13.436 em 31/12/2015).

A CIACAP, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outras Receitas Operacionais - Totalizam R$ 57.404 (R$ 63.486 de 01/01 a 31/12/2015) e estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

b) Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas Financeiras	**545.902**	**551.648**
Cotas de Fundos de Investimentos	532.779	536.560
Títulos de Renda Fixa	9.749	9.020
Outras Receitas	3.374	6.068
Despesas Financeiras	**(207.626)**	**(211.363)**
Atualização de Operações de Capitalização (Nota 4b)	(205.910)	(204.397)
Encargos sobre Tributos	(1.261)	(6.022)
Outras Despesas	(455)	(944)
TOTAL	**338.276**	**340.285**

NOTA 7 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I) Os montantes registrados como despesa de Impostos de Renda e Contribuição Social nas demonstrações financeiras são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**705.223**	**640.473**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (nota 2.5e)	(317.350)	(266.885)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Juros sobre o Capital Próprio	18.631	19.085
Incentivos Fiscais	6.249	7.755
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(3.971)	(211)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(296.441)**	**(240.256)**

II) As Despesas com Tributos totalizam R$ 37.081 (R$ 35.873 de 01/01 a 31/12/2015) e estão representadas basicamente por COFINS R$ 30.679 (R$ 30.436 de 01/01 a 31/12/2015) e PIS R$ 4.985 (R$ 4.310 de 01/01 a 31/12/2015).

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

ATIVO	31/12/2015	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2016
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	5.029	–.–	218	5.247
Provisões para Passivos Contingentes	12.126	(423)	164	11.867
Outras Provisões Indedutíveis	1	–.–	223	224
Total (*)	**17.156**	**(423)**	**605**	**17.338**

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R$ 18.076 (R$ 17.829 em 31/12/2015) e está basicamente representado por R$ 738 (R$ 673 em 31/12/2015) de Tributos a Compensar, e R$ 17.338 (R$ 17.156 em 31/12/2015) referente a Tributos Diferidos.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

PASSIVO	31/12/2015	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2016
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ágio	325.813	–.–	–.–	325.813
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	4.170	–.–	920	5.090
Reserva de Reavaliação	1.976	–.–	97	2.073
Total	**331.959**	**–.–**	**1.017**	**332.976**
TOTAL LÍQUIDO	**(314.803)**	**(423)**	**(412)**	**(315.638)**

c) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, existentes em 31/12/2016, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Diferenças Temporárias	%
2017	2.338	13%
2018	3.090	18%
2019	204	1%
2020	11	1%
2021	38	0%
Acima de 2021	11.657	67%
Total	**17.338**	**100%**
Valor Presente (*)	**14.622**	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/02/2017 09:19:38.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 25432868] - www.imprensaoficial.com.br

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2016 E 2015 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de Capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.
O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.
Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, não existiam Créditos Tributários não contabilizados.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Está representado por 670.963 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 603.359 ordinárias e 67.604 preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital sem prêmio.
Em AGOE de 30/03/2015, homologada pela SUSEP, foi deliberado aumento de capital no montante de R$ 23.069, mediante a capitalização de Reservas de Lucros.
Em AGE de 31/08/2015, homologada pela SUSEP, foi deliberada a redução de capital no montante de R$ 339.000, sem cancelamento de ações.
Em Reunião da Diretoria de 31/03/2016, homologada pela SUSEP, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 132.800, consignados de Reserva Legal, sem emissão de novas ações.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.
Em AGOE de 30/03/2015, foram deliberados e pagos dividendos extraordinários no montante de R$ 143,94 por ação, perfazendo o total de R$ 96.576.
Por determinação do acionista controlador, em Reunião de Diretoria de 30/06/2015, foram deliberados e pagos dividendos no montante de R$ 257,41 por ação, perfazendo o total de R$ 172.715.
Em Reunião da Diretoria de 30/12/2015, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante líquido de R$ 38.930, à razão de R$ 58,02 por ação, sendo R$ 45.800 o valor bruto e R$ 6.870 de Imposto de Renda Retido na Fonte.
Em AGOE de 31/03/2016, foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R$ 251,21 por ação, perfazendo o total de R$ 168.554 a débito da Reserva Estatutária.
Em Reunião da Diretoria de 31/03/2016, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante líquido de R$ 35.192, à razão de R$ 52,45 por ação, sendo R$ 41.402 o valor bruto e R$ 6.210 de Imposto de Renda Retido na Fonte.
Em Reunião da Diretoria de 31/03/2016, foi aprovada a distribuição de dividendos no total de R$ 15.010, à razão de R$ 22,37, sendo R$ 12.132 por conta do dividendo obrigatório do exercício e R$ 2.878 a título de dividendos extraordinários a débito da Reserva Estatutária.
Por determinação do acionista controlador, em Reunião de Diretoria de 30/06/2016, foram provisionados dividendos no total de R$ 126.114, à razão de R$ 187,96, sendo R$ 123.435 por conta do dividendo obrigatório do exercício e R$ 2.680 a título de dividendos extraordinários.
Em Reunião da Diretoria de 30/09/2016, foi aprovada a distribuição de dividendos no total de R$ 98.000, à razão de R$ 146,05, por conta do dividendo obrigatório do exercício.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	**408.782**	**400.217**
Lucro base para determinação do dividendo	**408.782**	**400.217**
Dividendos mínimo obrigatório	4.088	4.002
Dividendos adicionais (*)	229.479	168.713
Juros sobre o capital próprio	41.402	45.800
TOTAL POR AÇÃO (R$)	**409,81**	**325,67**

(*) Dividendos adicionais aprovados por determinação do acionista controlador.

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre as partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade. As principais transações são:
(i) Prestação de serviços referente tarifas do sistema financeiro
(ii) Aluguéis cobrados da controladora Itaú Unibanco
(iii) Valores a receber/pagar de sociedades ligadas: provisões matemáticas; variação provisões técnicas; operações de capitalização; receitas financeiras e etc.

	Ativos		Passivos	
Ligadas	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Itaú Seguros S.A. (iii)	–.–	–.–	(36.890)	(39.446)
Itaú Vida e Previdência S.A. (iii)	–.–	–.–	(628)	(1.289)
Outras (iii)	–.–	–.–	(970)	(6.978)
	–.–	–.–	**(38.488)**	**(47.713)**

	Receitas		Despesas	
Ligadas	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Itaú Unibanco S.A. (i); (ii) e (iii)	19.069	18.245	(11.069)	(16.042)
Itaú Seguros S.A. (iii)	108.323	125.749	(76.418)	(89.396)
Banco Itaucard S.A. (iii)	–.–	–.–	(1.477)	(2.609)
Itaú Vida e Previdência S.A. (iii)	17	23	(12)	(16)
Outras (iii)	–.–	–.–	–.–	(11)
	127.409	**144.01**	**(88.976)**	**(108.074)**

Além das operações acima discriminadas, a CIACAP, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Despesas Administrativas Diversas R$ 238.274 (R$ 272.523 de 01/01 a 31/12/2015) em função da utilização da estrutura comum.

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.
A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.
O controle de risco de mercado abrange todos os instrumentos financeiros constantes da carteira pertencente à CIACAP e os processos e controles relevantes relacionados.
O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.
Os limites são monitorados diariamente, sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:
• Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsáveis e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
• Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.
Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.
As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:
• Valor em Risco (*VaR*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
• Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
• *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
• Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
• *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.
O documento "Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, pode ser visualizado no *site* https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

	31/12/2016		31/12/2015	
Classe	**Saldo Contábil**	**DV01**	**Saldo Contábil**	**DV01**
Título Público				
NTN-B	–.–	–.–	9	–.–
Título Privado				
Indexado a IPCA	108.024	(48)	133.670	(61)
Indexado a PRÉ	86.813	(2)	76.045	(5)
Ativos Pós-Fixados	**1.963.459**	–.–	**2.181.976**	–.–
Compromissadas Over	**1.905.886**	–.–	**1.627.708**	–.–
TOTAL (*)	**4.064.182**		**4.019.408**	

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Políticas e Procedimentos

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações, bem como reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.
As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.
O documento "Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.
Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato.

Risco de Subscrição

É a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.

Políticas, Procedimentos e Responsabilidades

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
As principais atribuições da área de controle de riscos seguros, previdência e capitalização são:
• Definir a governança e elaborar o normativo institucional de gerenciamento de riscos de seguros, de previdência e capitalização;
• Auxiliar a área de negócios no desenvolvimento de novos produtos, trazendo a perspectiva de riscos;
• Auxiliar a área de negócios no desenvolvimento e implantação dos modelos de preço e risco;
• Monitorar e reportar de forma consolidada os riscos provenientes dos produtos de seguros, previdência e capitalização às alçadas pertinentes.
Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança, em que as decisões podem chegar a órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.
O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.
Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, a CIACAP aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras da instituição líder.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Cia. Itaú Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Cia. Itaú Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, estejam livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Cia. Itaú Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos quadros do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/02/2017 09:19:01.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 25432857] - www.imprensaoficial.com.br

Cia. Itaú de Capitalização

DIRETORIA

Diretor Presidente
LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO

Diretores
ADRIANO CABRAL VOLPINI
ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR
FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA
HENRIQUE PINTO ECHENIQUE
LEON GOTTLIEB
LUÍS EDUARDO GROSS SIQUEIRA CUNHA

Atuária
MARINA HELENA GUERRA DA COSTA
MIBA 1385

Contador
ARNALDO ALVES DOS SANTOS
CRC - 1SP - 210.058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Cia. Itaú de Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cia. Itaú de Capitalização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

ORIENTAÇÕES PARA ENVIO DAS PUBLICAÇÕES NO CADERNO EMPRESARIAL

As publicações encaminhadas ao Caderno Empresarial necessitam de alguns cuidados técnicos. Veja abaixo algumas dicas para minimizar possíveis erros e garantir a qualidade e fidelidade de sua publicação.

ARQUIVOS NO FORMATO TXT

No arquivo TXT, enviar somente o texto a ser publicado, deixando de lado endereços, solicitações, autorizações, ou qualquer informação que não deva ser publicada.

Os títulos das matérias enviadas em TXT devem ter as Tags ((NG)) e ((CL)). Para destacar o título do arquivo, insira a tag ((NG)). Ao final do texto em destaque, insira a tag ((CL)). Veja o exemplo.

Comandos: Linha de texto com ((TITULO))comandos de formatação((CL)) automática
Resultado: Linha de texto com **COMANDOS DE FORMATAÇÃO** automática

As tabelas dentro do arquivo TXT devem estar identificadas pela tag ((TABELA)). Seu conteúdo deve estar em texto separado por tabulação.

IMPORTANTE: Os arquivos enviados fora do padrão acima não serão publicados.

www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/02/2017 07:56:27.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 25432875] - www.imprensaoficial.com.br